

FRANÇAFRIQUE: RELAÇÕES FRANCO- AFRICANAS E ENGAJAMENTO MILITAR FRANCÊS NA ÁFRICA PÓS-COLONIAL

Luqman Saka¹



Introdução

A França tem uma longa história de associação e relacionamento com a África, que remonta ao século XVII. O primeiro território permanente ocupado pela França foi o assentamento de Saint-Louis, também conhecido como “Ndar”, em wolof, o idioma africano mais proeminente no Senegal. Após o acordo de Berlim, que formalizou a divisão da África, a França consolidou suas reivindicações de posses territoriais na costa do Senegal e em outras áreas costeiras e no interior da África Ocidental e do Sahel. Por mais que as possessões coloniais da França na África pudessem ter se expandido após a divisão, as Quatro Comunas (*Quatre Communes*) — compreendendo Dakar, Goree, Rufisque e Saint-Louis —, todas no atual Senegal, eram especiais entre os territórios coloniais na *Afrique Occidentale Française*, AOF (África Ocidental Francesa) (Bawa 2013). De fato, durante anos, Saint-Louis foi a sede administrativa tanto do Senegal colonial quanto do território colonial adjacente da Mauritânia.

Após o fim da Segunda Guerra Mundial e com as contribuições das colônias africanas francesas para os esforços de guerra, a França fortaleceu ainda mais sua política de máxima exploração econômica das colônias por meio da dominação política e militar. Entretanto, diante da crescente agitação na Indochina Francesa e da Guerra de Independência da Argélia, juntamente com a percepção dos custos desses envolvimento militares

¹ Departamento de Ciência Política, Universidade da Gâmbia. Brikama, Gâmbia. Departamento de Ciência Política, Universidade de Ilorin. Ilorin, Nigéria. Email: owolabisaka@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7811-5268>.

para o império, ficou cada vez mais claro que a dominação forçada das colônias francesas na África não poderia ser alcançada pacificamente e não era administrativamente sustentável a longo prazo (Yates 2012). Mesmo com a forte conquista militar francesa, a dominação das colônias, assim como a subjugação e cooptação das instituições tradicionais africanas por meio da política de “associação” e da elite africana emergente por meio da “assimilação”, as autoridades coloniais francesas não estavam alheias ao crescente vento de mudança e como isso afetaria os interesses coloniais franceses na África.

Na tentativa de garantir um certo grau de domínio e, ao mesmo tempo, amenizar os sentimentos daqueles que pediam a independência política completa, o presidente Charles de Gaulle propôs a concessão de autonomia e autogoverno às ex-colônias no contexto da *Communauté française* (Comunidade Franco-Africana) em 1958. Os líderes nacionalistas das colônias inicialmente concordaram com esse acordo, com exceção de Sekou Toure, da Guiné, que optou pela independência em 1958 (Yates 2018a). No entanto, à medida que a exigência por completa independência se tornava mais intensa em várias colônias da África e alguns dos líderes africanos emergentes mais leais viravam as costas para a comunidade franco-africana, De Gaulle e seus assessores perceberam que a independência política total não podia mais ser adiada. Para isso, em 1960, a França concedeu independência a todas as possessões coloniais na África Ocidental transformando-as em nações soberanas separadas. No entanto, cada uma das nações recém-independentes assinou acordos que estabeleceram novas formas de relações políticas, econômicas e militares com a França.

Embora a independência significasse que a França perdeu o controle sobre suas antigas colônias, ela manteve tenuemente os privilégios de que desfrutava nessas colônias por meio de relações políticas, culturais, econômicas e militares assimétricas. Sob o comando do Presidente de Gaulle, um sistema astuto de acordos bilaterais foi estabelecido entre a França e suas antigas colônias africanas. Esses acordos bilaterais que abrangiam comércio, educação, extração de recursos naturais, moeda, sistema financeiro, defesa e segurança, entre outras áreas da vida nacional, foram formalizados em uma série de acordos de cooperação que concediam à França oportunidades de exercer controle efetivo sobre os sistemas políticos e econômicos dos Estados africanos recém-independentes (Yates 2018a; 2018b). As relações assimétricas que evoluíram a partir desses acordos foram contextualizadas dentro da premissa da política da *Françafrique*.

Por meio dos mecanismos de acordos e pactos bilaterais para impulsionar a política da *Françafrique*, os líderes políticos franceses e o Estado francês conseguiram desenvolver relações diplomáticas e políticas profundas com as elites políticas emergentes na África. Essas alianças foram mantidas por meio de uma série de compromissos bilaterais e multilaterais entre os Estados africanos e a França, nos quais os interesses desta última permaneceram preeminentes. Na esfera econômica, os interesses comerciais e empresariais franceses foram aprofundados na África, especialmente nas áreas de extração de recursos naturais (petróleo bruto, urânio e outros recursos naturais importantes) e na prestação de serviços por entidades empresariais francesas (automóveis, telecomunicações). Em questões militares e de segurança, os líderes militares franceses conseguiram consolidar sua presença militar por meio da instituição de acordos militares, pactos de defesa e da segurança de bases e campos de aviação. Esses acordos militares ajudaram na consolidação dos ativos militares franceses, sendo amplamente utilizados para efetuar mudanças de regimes considerados hostis aos interesses franceses e para defender regimes percebidos como amigáveis e leais na África. De todos os instrumentos de relações exteriores, o emprego das forças armadas francesas em busca dos interesses franceses na África tem sido o mais dominante no discurso do envolvimento e da presença da França no continente desde a década de 1960 (Luckham 1982).

Para esse fim, este artigo discute a política de segurança da França, especialmente no contexto das relações exteriores francesas e dos envolvimento militares na África. Discute-se como a França tem mobilizado ao máximo seus vastos meios militares na África para promover e projetar poder, bem como para ampliar e proteger os interesses nacionais franceses no continente. O artigo argumenta que, à primeira vista, os elementos militares que sustentam as complexas relações da França com as antigas colônias na África podem parecer resistentes à mudança. No entanto, as continuidades táticas na política africana da França, especialmente no âmbito militar, ocultaram a evolução e a mudança estratégica em curso. Dito isso, e como afirmado anteriormente por Roddy, Roger e Roy (1996), essas mudanças não redefinem os papéis desempenhados nem alteram a estrutura de poder que serve de base para pactos, acordos e convênios preexistentes entre Paris e as várias capitais nacionais na África.

Consequentemente, o artigo está organizado em seis seções. Após essa seção introdutória, o artigo faz uma reavaliação do colonialismo francês e da grandiosidade imperial da França na África. A terceira seção do artigo é dedicada ao discurso sobre a política da *Françafrique* e os envol-

vimentos franceses na África pós-colonial. A quarta seção analisa a nova abordagem pragmática da França e a política de envolvimento militares multilaterais após os fracassos em Ruanda, na República Centro-Africana e no antigo Zaire (atual República Democrática do Congo). No contexto da discussão sobre as tentativas da França de adotar o multilateralismo como uma diretriz política para impulsionar seus atuais envolvimento militares e de segurança na África, a quinta seção aborda as operações Serval e Barkhane. Em particular, a discussão destaca como a Operação Serval e sua sucessora, a Operação Barkhane, serviram como o novo modelo da estrutura de segurança da França na África, especialmente na luta contra o terrorismo no Sahel. Após isso, segue a conclusão.

Na sombra do Império: o colonialismo francês na África

O discurso sobre o envolvimento da França com a África começaria, sem dúvida, com a conquista francesa e a dominação colonial de territórios no continente. Embora a França tenha uma longa história de associação e relacionamento com a África, que remonta ao século XVII, o colonialismo francês nesse continente entrou em pleno vigor no final do século XIX. Começando com a conquista da Argélia em 1830 e a conquista de outros territórios no Sahel africano, a dominação imperial francesa na África se estendeu por mais de cem anos, durando até 1960, quando a maioria das colônias francesas na África alcançou a independência (Yates 2018a). No auge de sua glória colonial na África, a França exerceu controle político direto sobre uma extensa área de territórios na África Ocidental, Central e do Norte. Suas possessões coloniais foram classificadas como África Ocidental Francesa, África Equatorial Francesa, África do Norte Francesa e possessão no Oceano Índico. A AOF era um conjunto de oito territórios coloniais franceses na África Ocidental que incluía Mauritânia, Senegal, Sudão Francês (atual Mali), Guiné Francesa (atual Guiné, Conacri), Costa do Marfim, Alto Volta (atual Burkina Faso), Daomé (atual República do Benin) e Níger. O Togo foi adicionado mais tarde, após a Primeira Guerra Mundial, quando o território foi confiscado da Alemanha e entregue à França para ser administrado como um “Território Fiduciário” com mandato da Liga das Nações (Zambakari 2021; Mann 2005, 411).

A África Equatorial Francesa (*Afrique-Equatoriale Française*, AEF em francês) era o conjunto de possessões coloniais francesas na África Equatorial. Esse território se estendia do rio Congo até o Sahel e compreendia o Chade, a República Centro-Africana, a República do Congo e o Gabão. Assim como o Togo, Camarões Franceses foi adicionado às possessões da França na África

Equatorial como um “Território Fiduciário” sob mandato da Liga das Nações. No norte do continente, os territórios franceses estavam sediados na Argélia Francesa (administrada como parte da França Metropolitana) e compreendiam a maior parte da Magreb: Argélia, Tunísia e Reino do Marrocos. Na África Oriental e no Oceano Índico, havia a Somália Francesa (atual Djibuti), a Ilha de Malagasy (atual Madagascar) e a Ilha da Reunião, administrada desde 1946 como Departamento/Região Ultramarina da França.

Como frequentemente ocorria com todas as potências coloniais, as autoridades coloniais francesas na África enfrentavam o dilema de como categorizar as populações em suas possessões coloniais e qual deveria ser a abordagem administrativa para administrar as colônias e sua população. Em primeiro lugar, deveriam os territórios africanos ser administrados como parte da França e sua população receber o status de cidadão? Ou os territórios deveriam ser administrados como colônias e sua população tratada como súditos? Na tentativa de cumprir sua missão civilizatória (*La Mission Civilisatrice*), a autoridade colonial se esforçou para criar “franceses negros” a partir da população dos territórios que foram incorporados à República e administrados como departamentos ultramarinos da França. Foi no contexto da *La Mission Civilisatrice* que a política francesa de assimilação evoluiu (Zambakari 2021; Yates 2018a). Essa política foi aplicada à administração de Dakar, Goree, Rufisque e Saint-Louis (as *Quatre Communes*), todas parte do Senegal colonial (Idowu 1969; Labouret 1940).

A política de assimilação não se limitou apenas à cultura; ela se desdobrava em várias áreas também. Politicamente, a população das quatro comunas senegalesas recebeu representação nas *Chambres des Députés* em 1848. Os residentes de Saint-Louis e Goree receberam a cidadania francesa, incluindo o direito de voto, em 1848 (Idowu 1969). Essas elites africanas ficaram conhecidas como *originaires* e/ou *evolue* (Zambakari 2021). Os originários, se alfabetizados em francês e familiarizados com os costumes franceses, podiam trabalhar em instituições administrativas e participar da vida política e social da colônia. Entretanto, essa política foi substituída no início do século XX pela política de “associação”, pois a “assimilação” se mostrou difícil de implementar em todas as possessões coloniais do continente.

Dessa forma, os governadores-gerais e administradores coloniais franceses executaram uma reviravolta política e iniciaram a prática de cooperação e cooperação com autoridades tradicionais e instituições religiosas (sufismo e estudiosos sufistas) que haviam evitado décadas antes. Para tanto, Zambakari (2021) observou que a mudança na política administrativa colonial

da França, da assimilação para a associação, também exigiu uma reformulação da ideologia colonial da conquista. Com essa reformulação, os africanos foram concebidos como súditos, não como cidadãos, com deveres e poucos ou nenhum direito legal e constitucional. Em reação a isso, Conklin (1997) afirmou que a política colonial foi, em grande parte, um ato de violência sancionado pelo Estado. Mamdani (1996) também capturou esse fenômeno no que se refere ao sistema de governo indireto britânico em suas colônias na África.

Com o passar das décadas e tendo firmemente enraizado sua autoridade em todas as colônias no litoral, no interior e no Sahel, a autoridade colonial francesa começou a cultivar uma pequena safra de africanos instruídos, que eram necessários para ocupar cargos administrativos e outros cargos menores na administração das colônias. Esses primeiros grupos de elites educadas acabaram se tornando herdeiras do poder político e dos privilégios concedidos aos funcionários coloniais sob o domínio colonial francês. No final da Segunda Guerra Mundial e devido às contribuições dos soldados franco-africanos em vários teatros de conflito, surgiu uma crescente consciência política entre os súditos coloniais em todas as colônias francesas na África. O ponto de virada político mais importante nos processos de descolonização, especialmente na África Ocidental Francesa, foi a aprovação da política *Loi-Cadre* (Lei da Reforma) pela Assembleia Nacional Francesa em 23 de junho de 1956. A política *Loi-Cadre*, como era popularmente chamada, foi a primeira etapa de uma série de ações voltadas para o estabelecimento da “comunidade francesa”. Por meio dessa política, a autoridade política francesa em Paris concedeu mais autonomia às colônias e, assim, iniciou o caminho para a independência política das colônias (territórios ultramarinos, *Territoires d’outre-mer*) e de seu povo (Ginio 2016; Shipway 2015). Paris também concedeu o direito de estabelecer um legislativo territorial, um executivo territorial, um serviço civil independente e sufrágio universal adulto para cada uma das colônias na África Ocidental (Cooper 2014). Embora a autonomia concedida sob a política fosse relativamente ampla, a autoridade colonial em Paris ainda mantinha poder sobre áreas importantes da vida nacional, como política externa, defesa e segurança, comunicação e educação superior em todos os territórios. De fato, o que a *Loi-Cadre* fez foi estabelecer uma espécie de Federação Franco-Africana (Shipway 2015). Em 1958, as autoridades francesas em Paris introduziram a política que efetivaria o estabelecimento de uma *Communauté française* que coordenaria a relação entre a França e as colônias (Territórios Ultramarinos), em grande parte dentro do contexto da estrutura da *Loi-Cadre*. A ideia era que esse arranjo impediria os territórios africanos de buscar a plena independência. Para efetivar o novo arranjo

político, foram realizados referendos em todos os territórios ultramarinos, nos quais os votos SIM foram garantidos, exceto na Guiné, sob o comando de Ahmed Sekou Touré, que votou “não” no referendo de 28 de setembro de 1958, garantindo assim a independência total (MacDonald 2015; McNamara 1989; Hodgkin e Schacter 1960). Entretanto, em 1960, surgiu uma crescente dissensão e, assim, relutantemente, a França, sob o comando do Presidente de Gaulle, concedeu a independência às suas possessões coloniais na África.

A Françafrique e os engajamentos franceses na África pós-colonial

A condução da política e da diplomacia internacional é altamente dinâmica e pragmática, tornando a diplomacia internacional sempre em constante evolução. Nesse sentido, embora muito possa ter mudado na arena da política e diplomacia globais entre a década da independência da África e agora, os vestígios do passado ainda impactam as relações da França com a África e a condução de sua política externa e diplomacia no continente. Desde a promulgação da *Loi-Cadre* em 1956, a tentativa de instituir a *Communauté française* em 1958 e a eventual concessão de independência às colônias na África em 1960, a França e a elite governante francesa sempre exibiram paternalismo em sua relação com a África e com a elite governante africana. Desde a presidência de Charles de Gaulle até Mitterrand, Sarkozy, Hollande e Macron, elementos de paternalismo misturados com pragmatismo constantemente definiram as relações da França com a África (Barrios 2010).

Para permanecer efetivamente no controle do que diz respeito à diplomacia, política, economia, forças armadas e outros aspectos da vida nacional em suas ex-colônias, a França, sob o comando do Presidente de Gaulle, firmou uma série de acordos e convênios bilaterais com líderes políticos pós-independência na África. Esses acordos foram solidificados no âmbito da política de envolvimento da França com a África pós-independência, conhecida como “*Françafrique*” (França na África). O General de Gaulle, o arquiteto das relações francesas com a África pós-independência, e seu conselheiro para assuntos africanos, Jacques Foccart, iniciaram a política após o retorno do General de Gaulle ao poder como presidente da França, em 1958. O termo *Françafrique* foi emprestado do vocabulário de Felix Houphouët-Boigny, o primeiro presidente da Costa do Marfim e, de longe, o mais fervoroso líder pró-francês pós-independência na África Ocidental. O Presidente Boigny era da opinião de que os Estados africanos recém-independentes (antigos colô-

nias francesas) precisavam manter laços mais estreitos com a França (Yates 2018a). No entanto, isso não significava uma promoção total e exclusiva dos interesses franceses nas antigas colônias em detrimento dos interesses nacionais dos Estados recém-independentes (Ginio 2016). Dentro da estrutura da *Françafrique*, o Presidente de Gaulle e Jacques Foccart cultivaram e mantiveram densas redes de líderes políticos, empresários e elites/comandantes militares franco-africanos que se tornaram fundamentais para a evolução do poder político e das políticas econômicas nas ex-colônias africanas da França (Al-Jazeera 2014; Bovcon 2011; Chafer 2005; 2002).

A *Françafrique* constitui o núcleo do engajamento político da França com suas ex-colônias na África Ocidental e Central e, por extensão, com o restante do continente na era pós-colonial. A política foi criada para ser o instrumento de engajamento de Paris com um continente visto pela França como o principal palco de sua influência nacional. A centralidade da política da *Françafrique* torna-se significativa devido ao papel de destaque da África na tentativa da França de projetar sua imagem nacional como uma grande potência no contexto da política e da diplomacia globais. A *Françafrique* foi, portanto, importante como instrumento político para a França continuar sua projeção de poder e a lógica da dominação francesa e da extração de recursos na África pós-colonial (Bovcon 2011; Chafer 2002).

A necessidade de projetar a imagem de uma grande potência global, permanecer como *primus inter-pares* entre as grandes potências no que se refere à influência na África e manter sua posição de importância são questões fundamentais na contextualização da *Françafrique*. Entretanto, a operacionalização da política foi ancorada no avanço de alguns objetivos e interesses nacionais importantes no contexto das relações da França com a África pós-colonial. Entre eles, estava a necessidade de promover os interesses de longa data das empresas e entidades comerciais francesas na África. O avanço dos interesses comerciais franceses seria melhor promovido no contexto de estabilidade política regional e desenvolvimento econômico (Hansen 2008; Whiteman 1997). Com esse objetivo, a França destinou recursos para a manutenção de compromissos diplomáticos eficazes e uma presença militar robusta na África. De fato, é por meio da instrumentalidade de sua forte presença militar e da disposição de empregar recursos militares que se encontra a França e seu aparato de Estado na África.

A partir da década da independência (anos 1960), a França realizou inúmeras operações militares decisivas na África. Embora as motivações para essas intervenções militares fossem variadas, a maioria das operações foi implantada para apoiar ou promover os interesses econômicos, comerciais

e políticos franceses na África. Mesmo nas operações revestidas de intervenções humanitárias e missões de paz, havia sempre os interesses econômicos, políticos ou outros interesses nacionais da França servindo como motivações subjacentes para a intervenção. Por exemplo, em 15 de abril de 1974, as forças armadas francesas estacionadas em uma base na República do Níger fecharam os olhos enquanto o tenente-coronel Seyni Kountche, ex-sargento do exército colonial francês, liderava com sucesso um golpe de Estado contra o regime civil liderado pelo então presidente Hamani Diori (Ginio 2016). O crime do presidente Diori, um aliado fiel, foi seu apelo para a renegociação do acordo comercial subjacente à concessão francesa de mineração de urânio na República do Níger.

Mais do que qualquer outra potência colonial, a França e seu establishment militar, com o apoio e o financiamento da elite empresarial, planejaram, financiaram e realizaram a condução de inúmeras operações militares e intervenções na África (Griffin 2007). De fato, no contexto da política da *Françafrique*, a França se envolveu e apoiou regimes autoritários, facilitou e ajudou a corrupção de regimes amigos, apoiou regimes envolvidos em violações de direitos humanos, deu assistência e apoio a ditadores e regimes ditatoriais, participou da eliminação de líderes nacionais progressistas, apoiou taticamente e facilitou o contrabando de armas e conduziu missões secretas de inteligência de tirar o fôlego e operações militares descaradas na África (Al-Jazeera 2014). Tudo isso foi realizado por meio de uma densa rede de conexões políticas pessoais entre as elites do poder franco-africano (atuando nos campos político, de inteligência e militar) que girava em torno de Jacques Foccart e dos subseqüentes conselheiros africanos especialmente designados e das redes institucionais lubrificadas por meio da instrumentalidade do Ministério da Cooperação da França (Chafer 2005; 2002). Em resumo, a *Françafrique* continha o bom, o ruim e o pior das relações francesas com a África na era pós-colonial. Essas relações eram em grande parte sustentadas pela riqueza africana derivada da extração dos recursos naturais da África e alimentadas por meio de redes intrincadas que conectavam interesses comerciais, elites do poder franco-africanas, burocratas e comandantes/conselheiros militares e que eram garantidas pelo envio de tropas francesas (*legionnaires*) estacionadas em bases espalhadas pelo continente (Chafer 2005; Yates 2018b).

Engajamentos militares franceses na África (1960-1990) no contexto da *Françafrique*

À medida que as colônias na África começaram a conquistar a independência em 1960, a França comprometeu os países recém-independentes a assinar tratados militares bilaterais, acordos de segurança e pactos de defesa (Leboeuf 2018, 16). Embora a contextualização desses tratados e acordos possa variar de um país para outro, no cerne dos acordos está o objetivo de fortalecer as relações bilaterais, especialmente no que diz respeito à cooperação e ao apoio militar. Um dos compromissos assumidos nesses tratados foi o de permitir bases militares francesas nos territórios das ex-colônias. Essas bases têm servido como plataformas para todas as operações militares francesas, tanto secretas quanto ostensivas, nas ex-colônias africanas desde a década de 1960 até os dias atuais. As bases continuam a funcionar como bases avançadas de operações estratégicas na África para a França e as potências ocidentais aliadas (Lersch e Sarti 2014; Jowell 2014; Hansen 2008).

A história da *Françafrique* como direção política nacional na África e a evolução das bases militares francesas como plataformas para lançar inúmeras intervenções militares para garantir e promover os interesses da França na África na era imediatamente pós-independência, foi uma criação do General de Gaulle e de seu principal assessor, Jacques Foccart (Whiteman 1997). A principal justificativa de De Gaulle por trás da *Françafrique* era que a independência não deveria necessariamente resultar no rompimento dos laços estreitos que existiam entre as colônias e Paris. Ele considerava a concessão da independência, sem o derramamento de sangue que caracterizou a descolonização da Argélia e da Indochina, como o preço para garantir laços culturais, econômicos, diplomáticos e militares mais estreitos com a África.

No decorrer da preparação política e da negociação para a independência das colônias na África Ocidental e Equatorial, a França, sob o estímulo do Presidente de Gaulle e de seu assessor para assuntos africanos, Jacques Foccart, pressionou pela assinatura de acordos de cooperação entre Paris e os Estados africanos recém-independentes. A assinatura do acordo era uma condição para a continuidade do apoio francês a cada um dos Estados africanos (McNamara 1989; Hodgkin e Schacter 1960).

Em rápida sucessão e dentro da estrutura de cooperação bilateral, a França assinou oito acordos de defesa com Camarões, República Centro-Africana, Comores, Djibuti, Gabão, Costa do Marfim, Senegal e Togo. O conteúdo desses acordos, bem como os deveres e as responsabilidades das partes, foram mantidos em sigilo oficial. Além do sigilo, a interpretação

das responsabilidades também era de competência da Presidência francesa. Como consequência desses acordos, a presença de tropas francesas pré-posicionadas foi mantida em Djibuti (3.000 soldados), Gabão (600), Costa do Marfim (550), Senegal (1.100) e Chade (700). Para aprofundar o alcance militar francês (imperial) no continente, a França também assinou acordos de defesa de assistência técnica com as antigas colônias da Argélia, República do Benin, Burkina Faso, Guiné, Madagascar, Mali, Mauritânia, Marrocos e Níger. Esses acordos de defesa eram semelhantes aos acordos de defesa com Estados que foram colonizados por outras potências europeias, como Burundi, República Democrática do Congo e Ruanda, todas ex-colônias da Bélgica, e Guiné Equatorial, a única colônia espanhola na África Subsaariana (Yates 2018a; 2018b; Biyogo 2011; Bourgi 1979). Em alguns dos países em que foram assinados acordos de assistência técnica (defesa), os acordos também incluíam o estacionamento de um pequeno contingente de tropas francesas encarregadas de realizar tarefas variadas.

Embora as contas e os registros das intervenções militares francesas na África dentro da estrutura da *Françafrique* e por meio da instrumentalidade de tropas francesas (Legionnaires) estacionadas em bases em toda a África diferissem, há alguns números com os quais se pode trabalhar. Por exemplo, Griffin (2007) observa que a França lançou 37 intervenções militares importantes na África subsaariana francófona entre 1960 e 2006. Yates (2018a; 2018b) coloca os números das principais intervenções militares francesas na África entre 1960 e 2005 em cerca de 46 missões. A partir da intervenção militar para apoiar o regime de Leon Mba no Gabão, em 1964 (“Abortive Military Coup...” 1964; *The New York Times* 1964), as intervenções militares francesas na África incluem as seguintes missões/operações:

Tabela 1: Intervenções militares unilaterais francesas em ex-colônias africanas desde a década de 1960

S/No	Nome das Operações/Missões	País	Ano
1	Bison	Chade	1968-1972
2	Limousin	Chade	1969
3	Lamantin	Mauritânia	1977
4	Tacaud	Chade	1978
5	Leopard	Zaire	1978
6	Barracuda	República Centro-Africana	1979
7	Manta	Chade	1983-84

8		Togo	1986
9	Epervier	Chade	1986-2014
10	Oside	Comoros	1989
11	Requin	Gabão	1990
12	Noroit	Ruanda	1990-93
13	Verdier	Benin	1991
14	Godoria	Djibouti	1991
15	Baumier	Zaire	1991
16	Addax	Angola	1992
17	Iskoutir	Djibouti	1992-93
18	Simbleau	Serra Leoa	1992
19	Oryx	Somalia	1992-93
20	ONSUSOM II	Somalia	1993
21	Balata	Camarões	1994
22	Amaryllis	Ruanda	1994
23	Turquoise	Zaire/Ruanda	1994
24	Azalee	Comoros	1995
25	Almandin	República Centro-Africana	1996-97
26	Pelican	Congo-Brazzaville	1997
27	Licorne	Costa do Marfim	2002
28	Artemis	República Democrática do Congo	2003

Fonte: compilação do autor a partir de várias fontes.

Da mesma forma, a França também liderou missões/operações militares multilaterais na África, que incluem:

Tabela 2: Missões multilaterais da França na África

S/No	Nome das Operações/Missões	País	Ano
1	EUFOR-Tchad	Chade	2007-08
2	Atalante	Djibouti	2008
3	Harmattan	Líbia	2011
4	Serval	Mali	2013-14
5	Sangaris	República Centro-Africana	2013-16
6	Barkhane	Sahel (Burkina Faso, Chade, Mali, Mauritania e Níger)	2014-22

Fonte: compilação do autor a partir de várias fontes.

As operações e missões listadas acima são exemplos proeminentes de intervenções, operações, missões de contrainsurgência, operações de apoio ao combate, interposições de manutenção da paz, operações de segurança da paz e evacuações de não combatentes conduzidas sob a bandeira tricolor francesa (Stefano 2020; Yates 2018a; 2018b; Luckham 1982).

Por mais de trinta anos, a política da *Françafrique* e os regimes de redes pessoais e comerciais/empresariais — nos quais as relações francesas com as elites políticas, empresariais e militares da África estavam ancoradas — foram mantidos. Durante o período em que reinou suprema, a política e as redes foram mutuamente recompensadoras para todas as partes. Por um lado, a política garantiu a postura de grande potência da França no cenário internacional. Em troca, a França e sua elite política garantiram a proteção do regime à elite política africana com base em sua lealdade à rede e na proteção dos interesses nacionais franceses (Chafer 2002, 344). Entretanto, a política da *Françafrique* enfrentou problemas políticos a partir do início da década de 1990. Os fatores que forçaram a reavaliação da política e a mudança de direção na França, no que se refere ao avanço e à proteção dos interesses nacionais franceses na África, são de natureza externa/sistêmica e interna (Bovcon 2011; Chafer 2002).

No cenário internacional, vários fatores — o fim da Guerra Fria, a desintegração das maiores estruturas estatais do Leste Europeu, como a União Soviética, a Tchecoslováquia e a Iugoslávia, e a integração da França à União Europeia — contribuíram para minar a importância da África na política externa e nos cálculos diplomáticos da França. Mais importante ainda, a integração da França na União Europeia e a necessidade de maior transparência e responsabilidade minaram e restringiram significativamente a capacidade e a

habilidade de manobra da França, essenciais para a continuidade de sua política africana sombria. Essas questões internacionais sistêmicas ressaltaram a necessidade de a França reavaliar seus interesses e cálculos geoestratégicos e geopolíticos sobre a África (Bovcon 2011; Chafer 2002).

No nível doméstico, vários outros fatores minaram a *Françafrique* e o regime de redes de clientelismo sobre o qual ela foi construída. Entre esses fatores, são importantes: as críticas públicas à natureza corrupta da política da *Françafrique*, apoiadas por inúmeras investigações legais sobre os negócios de algumas figuras importantes das redes africanas e dos interesses comerciais da França (como a famosa “saga dos elfos”); a crescente fragmentação das redes de clientelismo da *Françafrique* em vários lobbies comerciais individuais; e a morte de algumas figuras importantes da *Françafrique*, como Foccart, Mitterrand e Houphouët-Boigny (Chafer 2002). No entanto, para muitos na Europa e na África, o principal ponto de inflexão foi o papel da França no genocídio em Ruanda em 1994, facilitando a passagem para o Zaire e a fuga da África para as autoridades estatais de Ruanda envolvidas no genocídio. Além disso, um ponto de inflexão importante foi a tentativa corajosa, mas fracassada, da França de manter o presidente Mobutu do Zaire no poder. A controvérsia que caracterizou a intervenção da França na República Centro-Africana também complicou e manchou a reputação e a boa vontade política da França na África e na comunidade internacional em geral (Chafer 2005; 2001; Krosiak 2007; Prunier 1995).

Multilateralismo e engajamentos militares franceses na África a partir da década de 1990

Após o fim da Guerra Fria, a crescente relação entre a União Europeia (UE) e os antigos Estados comunistas na Europa Central e Oriental, bem como a expansão da UE para o leste, os interesses políticos, diplomáticos, corporativos e econômicos da França na África francófona começaram a diminuir (Chafer 2002). As relações franco-africanas começaram de forma instável e com sinais claros de que uma mudança iminente estava próxima. Na frente econômica, 1994 foi marcado pela desvalorização de 50% da moeda única das duas zonas francófonas, o franco CFA, atrelado ao franco francês desde 1948. Com a adesão da França à zona do euro e a abolição do franco francês, o franco CFA foi posteriormente vinculado ao euro, tornando-se assim o garantidor do franco CFA. Houve também a “Doutrina Abidjan”, na qual a França anunciou que a ajuda orçamentária à África francófona estaria condicionada ao avanço das regulamentações do FMI e do Banco Mundial.

Essas duas condições destacaram efetivamente que a política da França em relação à África, a partir de então, estaria mais alinhada com a direção geral da política da UE (Chafer 2002). No entanto, haveria várias exceções, como demonstraram os eventos que se desenrolaram desde o final da década de 1990.

Além do acima exposto, há também um declínio consistente nas exportações e importações de mercadorias da França para a África. Por exemplo, as exportações e importações francesas para a África diminuíram de 7,73% e 9,08% em 1960 para 2,82% e 2,05%, respectivamente, em 2011. Dito isso, ainda é importante observar que a África Subsaariana continua sendo um mercado importante para as empresas francesas de logística, especialmente nas áreas de serviços, telecomunicações e infraestrutura. Mais significativo para a diplomacia econômica francesa é que a África Subsaariana continua sendo um importante fornecedor de petróleo, urânio e metais, com o Gabão e a República do Níger fundamentais para as necessidades de recursos da França. Apesar das mudanças nos ambientes econômicos e diplomáticos, a França ainda exerce um nível considerável de influência na África francófona que não pode comandar em nenhum outro lugar (Melly e Darracq 2013). É no contexto da considerável força diplomática, econômica, financeira e militar que a França ainda exerce na África em meio às mudanças no ambiente político que se pode avaliar melhor a postura militar e de segurança da França no continente no século XXI.

Após a vitória eleitoral e o início da presidência de Jacques Chirac em 1995, a França desenvolveu uma nova abordagem estratégica em sua doutrina de segurança e operações militares na África. A nova postura implicou a aceitação da delegação de operações de manutenção da paz e outras intervenções militares na África a organizações multilaterais, principalmente a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e a União Africana (UA). Essa foi, em grande parte, uma posição política direcionada a evitar que a França fosse envolvida em guerras civis e conflitos étnicos na África francófona, uma preocupação que surgiu após as experiências da França em Ruanda, em 1994, e na República Centro-Africana, em 1995. A mudança na doutrina militar também foi informada por preocupações orçamentárias crescentes, mudanças no clima estratégico diplomático e de segurança, mudanças estruturais nas Forças Armadas francesas que incluíram uma redução acentuada no tamanho das forças armadas e o fechamento de bases na África. Esses fatores e as mudanças induziram, significaram que a França teve que repensar sua política de segurança na África. Essa reformulação forçou a França a abandonar a cultura de intervenções militares unilaterais em conflitos e crises na África francófona sob a política *Françafrique*,

adotando uma abordagem mais multilateral, embora com exceções ditadas pelas circunstâncias (Melly e Darracq 2013; Barrios 2010).

No contexto da nova abordagem estratégica e dentro da estrutura de assistência técnica contínua, o programa de exercícios conjuntos *Reinforcement of Peacekeeping Capacities* (RECAMP) foi concebido pelos estrategistas militares franceses como uma plataforma importante para o engajamento operacional militar contínuo com as instituições militares e, por extensão, com os Estados da África francófona. Por meio do RECAMP, as forças armadas francesas ajudaram a treinar as tropas africanas para as operações de manutenção da paz da ONU na África e se envolveram na realização de exercícios militares conjuntos (Edinger 1998; Malan 1998). Além da assistência técnica por meio do treinamento oferecido pelo RECAMP, outra postura doutrinária importante em relação à segurança foi a decisão de enviar recursos militares franceses em apoio aos mandatos da ONU, sendo a contribuição das tropas francesas para a missão na Costa do Marfim desde 2003 importante (Melly e Darracq 2013, 4). No contexto da reforma contínua, a França, sob o comando do Presidente Sarkozy, também prometeu enviar recursos militares franceses para a África para ajudar os africanos a construir seu sistema de segurança coletiva e tornar a Europa “um importante parceiro africano em matéria de paz e segurança” (Yates 2012, 328).

Embora a mudança no pensamento estratégico militar e as restrições orçamentárias tenham forçado a França a fechar algumas de suas bases militares, bem como a reduzir a escala de sua presença militar na África Subsaariana, em virtude das localizações estratégicas, dos valores e da importância de seus ativos remanescentes, a capacidade da França de projetar poder militar continua preeminente na África. Atualmente, o pessoal militar francês está destacado em quatro bases na África: Senegal (350), Costa do Marfim (900), Gabão (350) e Djibuti (1.450). Além das forças pré-estacionadas nessas bases, a França também enviou mais 5.100 pessoas para a Operação Barkhane, que também incluiu militares da Mauritânia, Mali, Burkina Faso, Níger e Chade (Ministère des Armées 2020a). A natureza multilateral da Operação Barkhane e da anterior Operação Serval demonstra o compromisso emergente da França com engajamentos multilaterais de segurança e militar na África, em contraste com intervenções unilaterais do passado.

Da Operação Serval à Barkhane: o novo compromisso da França com intervenções militares multilaterais na África

Os objetivos predominantes que impulsionam as relações franco-africanas são a extração contínua de recursos, a expansão do escopo do setor de serviços francês na África, a defesa dos ativos franceses e a projeção do poder francês, tudo isso no contexto das relações desiguais entre metrópole e periferia. Entretanto, a natureza e a dinâmica da relação passaram por mudanças, especialmente em nível institucional. O padrão das redes patrimoniais que as empresas francesas e as elites políticas, burocráticas e militares (a elite do poder) estabeleceram com a elite governante na África ainda pode ser importante para entender o padrão das relações franco-africanas. No entanto, as relações franco-africanas no século XXI se tornaram mais institucionalizadas e a França recorreu mais à abordagem multilateral em seus compromissos com os regimes governantes do continente, inclusive em suas intervenções militares em situações de crise. A natureza multilateral da Operação Barkhane, de longe o maior destacamento militar da França no Sahel, e a maneira como a França implantou sua logística militar espalhada por bases no Senegal, Costa do Marfim e Gabão para fortalecer as operações de combate ao terrorismo no Sahel são altamente instrutivas quanto à nova postura doutrinária que atualmente sustenta as intervenções militares da França na África.

Para começar, é importante observar o emprego militar multilateral contra a insurgência no Sahel. A Operação Barkhane é, em grande parte, um desdobramento de uma intervenção francesa anterior com o codinome “Operação Serval”. Ao contrário da natureza mais complexa e multilateral da Operação Barkhane, a Operação Serval foi, em grande parte, uma intervenção militar francesa unilateral destinada a reduzir a expansão para o sul e a tomada do sul do Mali, incluindo a capital Bamako, por uma aliança de grupos islâmicos rebeldes e afiliados à Al-Qaeda. A rebelião que varreu o norte de Mali e resultou na tomada de cidades importantes, principalmente Gao, Timbuktu e Kidal, eclodiu em janeiro de 2012. A rebelião foi liderada pelo grupo nacionalista tuaregue, também conhecido como Movimento Nacional para a Libertação de Azawad (MNLA). A rebelião tuaregue de 2012-2013 foi frequentemente atribuída à repercussão dos conflitos civis na Líbia e à Primavera Árabe de 2011, bem como ao influxo de veteranos tuaregues que retornaram do exército líbio e à disponibilidade de armas pequenas e leves, que também foram resultado da implosão da Líbia. Entretanto, é importante observar que a rebelião tuaregue tem sido uma questão constante na evolução política do Estado no Mali (Mangan e Nowak 2019; Boeke 2016; Spet 2015).

Assim, a rebelião que começou em janeiro de 2012 foi apenas uma continuação da longa história da luta nacionalista dos tuaregues e do norte do Mali contra a autoridade do Estado sediada no sul. À medida que as forças de combate rebeldes do MNLA, formadas principalmente por tuaregues, obtiveram sucesso contra as forças armadas do Estado e capturaram cidades e vilas no norte, elas fizeram uma aliança com a Al-Qaeda no Magrebe Islâmico (AQMI) e dois outros movimentos islâmicos nativos, o Ansar Dine e um Movimento pela Unidade e Jihad na África Ocidental (MUJWA) ou (MUJAO), muito menor, mas inclinado ao terrorismo. Em meados de 2012, Ansar Dine, AQMI e MUJWA abandonaram sua aliança com o MNLA e formaram uma nova aliança islâmica que incluía os três grupos terroristas. A nova aliança islâmica então se voltou contra o MNLA, expulsando seus combatentes de suas bases em todo o norte (Boeke 2016; Spet 2015). Antes do final do ano, os grupos islâmicos haviam assumido o controle de todo o norte do Mali, desalojado o MNLA formado por tuaregues, e garantido efetivamente a partilha do Mali em uma divisão sul-norte (Shurkin 2014).

Antes da ofensiva dos grupos islâmicos de 10 de janeiro de 2013, com o objetivo de capturar as cidades do sul, inclusive Bamako, a política francesa estava ancorada em evitar a intervenção unilateral. De fato, a França pretendia trabalhar por meio de organizações internacionais multilaterais, principalmente a ONU e a CEDEAO. A estratégia era ajudar na montagem de uma força multinacional que seria empregada contra as ameaças islâmicas no norte do Mali. No entanto, a ofensiva audaciosa lançada pelos grupos islâmicos em sua tentativa de conquistar uma posição no sul e controlar todo o Mali levou a uma mudança de estratégia. Dadas as dificuldades de reunir rapidamente uma força multinacional, a França reconsiderou o envio de uma força de intervenção rápida para reduzir os ataques islâmicos no sul do Mali, manter o terreno e, em seguida, reunir uma força de coalizão para recapturar o norte do Mali (Boeke 2016, 16-17). Antes do início da intervenção no Mali, a França não tinha uma força pré-estacionada no país. No entanto, há amplos recursos militares nas proximidades, em bases em Dakar, no Senegal; tropas e caças a jato baseados em N'djamena, no Chade; forças pré-posicionadas na base em Abidjan, na Costa do Marfim, e uma Força de Operações Especiais (SOF) destacada para a missão de contraterrorismo, a “Operação Sabre”, baseada em Uagadugu, em Burkina Fasso (Shurkin 2014).

Os objetivos centrais subjacentes à intervenção da França no Mali, conforme anunciado pelo Presidente Hollande, eram três: interromper a agressão terrorista, proteger um país no qual há milhares de franceses e permitir que o Mali recupere sua integridade territorial e, possivelmente, garantir a libertação de cidadãos franceses e outros cidadãos europeus tomados como reféns

pelos grupos terroristas (Spet 2015). A partir de 15 de janeiro de 2013, a França entrou na ofensiva contra a insurgência islâmica e começou a avançar para o norte. A estratégia militar era, primeiramente, proteger o sul e, posteriormente, avançar para o norte e assumir o controle da Curva do Rio Níger e suas duas importantes cidades de Timbuktu e Gao, que são, de longe, as maiores cidades do norte do Mali (Boeke 2016). Juntamente com as regiões administrativas maiores, Timbuktu e Gao abrigam 94,8% da população do norte do Mali, de acordo com o censo de 2009. À medida que as forças francesas avançavam para o norte, elas também coordenavam a reunião de um número crescente de forças africanas aliadas, sendo as tropas chadianas o maior e mais importante contingente. No auge da mobilização militar da Operação Serval, as forças francesas chegaram a 4.000, enquanto as forças africanas combinadas atingiram 6.400, das quais 2.300 eram chadianas. Embora a Operação Serval tenha sido, em grande parte, uma intervenção francesa unilateral quando a missão começou em janeiro de 2013, o fato de a França ter conseguido coordenar o envio de tropas por seus aliados africanos na região e, assim, transformar a missão em uma força multinacional atesta, em parte, a intenção da França de promover intervenções multilaterais na África. Isso formou o pano de fundo para o início da Operação Barkhane entre a França e o Grupo dos Cinco do Sahel. A França também foi altamente instrumental no desdobramento de missões multilaterais de manutenção da paz, sendo a primeira a *African-led International Support Mission in Mali*, AFISMA, e depois uma Missão Multidimensional Integrada de Estabilização das Nações Unidas no Mali, MINUSMA, mais robusta (Boeke 2016; Spet 2015).

Após o término da Operação Serval em 2014, a França e seus aliados no Sahel lançaram a Operação Barkhane. O objetivo da Operação Barkhane era, em grande parte, combater as atividades crescentes e audaciosas dos grupos terroristas islâmicos no Sahel. Embora a França tenha assumido a liderança e enviado seus vastos recursos militares já estacionados na região (incluindo recursos distantes em Djibuti), o Grupo dos Cinco do Sahel (G5S) — Burkina-Faso, Chade, Mali, Mauritânia e Níger —, os parceiros africanos, também forneceram infraestrutura militar crítica, logística e tropas necessárias para a eficácia da missão (Melvin 2019; Sandberg 2019). A Operação Barkhane foi amplamente ancorada nos acordos de cooperação e parceria entre o G5S (Força Conjunta do Grupo dos Cinco para o Sahel) para coordenar as atividades em duas áreas principais de controle de fronteiras e operações antiterrorismo. Impulsionando a cooperação e apoiou a missão da Barkhane estava a assistência da França na coordenação, apoio logístico, inteligência militar e poder aéreo necessário para superar as lacunas de capacidade dos aliados do Sahel

(Sandberg 2019). Existem poucas missões multinacionais semelhantes de combate ao terrorismo na África (Shukri 2019; Onah 2015).

A sede operacional da missão estava situada em N'djamena, no Chade, que se tornou um importante centro estratégico dos recursos militares da França no Sahel. No Chade, a missão também tem tropas posicionadas em bases localizadas em Faya-Largeau e Abeche. Também de valor estratégico, especialmente para a coleta de informações e inteligência em todo o Sahel, estão os ativos aéreos da França na base de Niamey, no Níger. A base aérea de Niamey é importante, pois abriga os drones de reconhecimento militar da França que foram implantados para a coleta de inteligência em todo o Sahel em apoio aos objetivos da missão da Operação Barkhane. A base em Abidjan reforçou a Operação Barkhane, servindo como centro de logística da missão, pois é o ponto de descarregamento para equipamentos da base naval em Toulon para distribuição posterior aos ativos espalhados pelo Sahel. A missão também conta com um destacamento das Forças Especiais Francesas baseado em Uagadugu, tropas em Kidal, Tessalit e Gao, todas no Mali, e em Atar, na Mauritânia. Esses recursos, especialmente aqueles no coração do Sahel, são estratégicos, servindo como pontos de partida para rastrear combatentes jihadistas, monitorar o transporte de suprimentos e a logística de grupos jihadistas, bem como suas outras atividades relacionadas (Sandberg 2019).

A Operação Barkhane representa uma demonstração militar do compromisso da França com a guerra contra o terror no Sahel. Esse compromisso torna-se significativo devido à conexão histórica de longa data entre a França e a África subsaariana e ao entendimento de que a desestabilização da região seria prejudicial aos interesses nacionais da França e de seus aliados, tanto na África quanto fora do continente. Nesse sentido, a Operação Barkhane tinha como objetivo estratégico interditar os movimentos jihadistas do Sahel até a costa, interromper a logística e as redes de comunicação dos grupos terroristas, destruir suas bases em todo o Sahel, eliminar os chefes jihadistas conhecidos e, em suma, interromper suas atividades operacionais. O objetivo era reduzir, senão eliminar, as ameaças dos jihadistas aos Estados e ao seu povo no Sahel, em particular, e na África Ocidental, em geral. A Operação Barkhane também apoia a missão das Nações Unidas no Mali (MINUSMA), fornecendo poder de fogo pesado e inteligência, conforme considerado necessário (Ministère des Armées 2020b; Boeke 2016).

O conceito operacional estratégico da Operação Barkhane e das Forças Conjuntas do G5S, que deveriam complementar, delineia uma abordagem de duas frentes para enfrentar os desafios de segurança da região do Sahel. A primeira frente implica garantir a segurança das fronteiras em três setores

estratégicos espalhados pelos territórios do Grupo dos Cinco Estados do Sahel. Esses setores estão ao longo das fronteiras do Mali e Mauritânia (Setor Oeste); na região de Liptako-Gourma, ao longo das fronteiras de Burkina-Faso, Mali e Níger (Setor Central); e ao longo da fronteira entre Chade e Níger (Setor Leste). A segunda frente do conceito estratégico da operação tem como objetivo garantir que a força conjunta do G5S possa conduzir operações centralizadas em um ou mais locais dentro dos territórios dos cinco Estados participantes do Sahel. Especificamente, prevê-se que a força conjunta, com o apoio da França, por meio da estrutura da Operação Barkhane, será capaz de realizar uma operação de força completa em todo o Sahel, com o objetivo principal de neutralizar grupos terroristas, organizações criminosas e outros elementos armados não estatais (Ministère des Armées 2020b; United Nations Security Council 2017).

Considerando o contexto de suas operações como uma força multisetorial, sua natureza multinacional (França e G5S) e as grandes áreas de sua operação (a região do Grande Sahel), pode-se dizer que a Operação Barkhane obteve relativo sucesso. A missão conseguiu dismantelar as redes operacionais dos grupos terroristas; minimizar a capacidade dos grupos terroristas, das redes criminosas e de outros elementos armados de realizar ataques coordenados e contínuos com o objetivo de capturar e reter territórios; e proteger as fronteiras dos Estados participantes do Sahel contra ataques transfronteiriços. Embora ataques terroristas isolados continuem a ser registrados nos territórios do G5S e da Costa do Marfim, a Operação Barkhane, como demonstração de uma abordagem inovadora no combate às ameaças assimétricas no Sahel, tem sido notável (Pryce 2017). A missão também conduziu vários programas de treinamento destinados a aprimorar a capacidade operacional e a prontidão das tropas da Força Conjunta do Grupo dos Cinco Estados do Sahel. Mais importante ainda, a proteção contínua das minas de urânio do Níger em Arlit e Akoka, que fornecem 20% do combustível para os reatores nucleares da França e para as minas da Areva, de propriedade francesa, é um sucesso significativo da missão do ponto de vista do interesse nacional estratégico da França (Boeke e Shuurman 2015). O fato de as minas de urânio terem sido submetidas a ataques esporádicos por grupos terroristas que operam dentro e fora do Níger reforça a importância que os grupos terroristas atribuem aos objetivos de dizimar as minas, interrompendo, assim, o fornecimento de combustível para os reatores da França e desestabilizando o fornecimento de eletricidade francês.

Apesar dos sucessos relativos à Operação Barkhane, há desafios emergentes. Nos últimos meses, o número de ataques terroristas em Mali aumentou e o número de malineses que se juntam a grupos terroristas também está aumentando. O aumento contínuo dos ataques gerou insatisfação entre os malineses, que consideram que a França não está fazendo o suficiente

para conter a insurgência terrorista. O golpe militar de 2020 no Mali e o não cumprimento da promessa da junta de realizar eleições antecipadas também colocaram a junta governista em rota de colisão com as autoridades em Paris. Além dessas duas questões, o envolvimento de mercenários do grupo russo Wagner nas operações de contra-insurgência no Mali, a convite do regime militar no poder, também contribuiu para a deterioração das relações entre Bamako e Paris. No contexto da deterioração das relações, Paris anunciou a retirada gradual das forças francesas da Operação Barkhane estacionadas no Mali (Hird 2022; Mielcarek 2022). Também há crescente tensão e insatisfação com a presença militar francesa contínua entre a população de Burkina Faso. Em suma, parece que a Operação Barkhane está enfrentando problemas em meio à crescente violência insurgente e terrorista no Sahel.

Conclusão

Diferentemente de qualquer outro Estado europeu que tenha sido uma potência colonial na África, as relações políticas, diplomáticas, econômicas e militares da França com suas ex-colônias têm sido duradouras, de modo que resistiram aos caprichos do tempo, à natureza mutável da política e à dinâmica das relações de poder entre a elite do poder na França e suas contrapartes na África. De uma estrutura paternalista construída sobre redes de clientelismo que sugavam as elites do poder na França e suas contrapartes na África e ancorada na política da *Françafrique*, a política francesa na África passou por mudanças estruturais e institucionais. Sem dúvida, as relações exteriores da França com suas antigas colônias africanas continuam a ser pautadas pela lógica da extração de recursos e da projeção de poder.

Consequentemente, para atingir seu interesse nacional na África, as elites do poder da França empregaram ao máximo os recursos militares franceses estrategicamente espalhados pela África em prol da causa do império. Até o momento em que se deparou com águas turbulentas em Ruanda, em 1994, na República Centro-Africana, em 1995, e no Zaire, em 1997, os recursos militares e as tropas francesas estacionadas em bases em toda a África foram utilizados para a tarefa de promover a estabilidade e a mudança de regimes, conforme o interesse. Financiando interesses comerciais, principalmente da Elf, a França mobilizou seus recursos militares e se envolveu em intervenções armadas unilaterais em ex-colônias, seja para depor líderes africanos beligerantes ou para defender líderes que cumpriam a lei e seu regime.

No entanto, com a negatividade e as crises de imagem em decorrência das suas ações no genocídio de 1994 em Ruanda e a tentativa fracassada de proteger o regime ditatorial do presidente Mobutu do Zaire, a política da França na África passou por mudanças estruturais e institucionais. O escrutínio público que ocorreu após os escândalos da Elf e a morte de figuras importantes da rede de patrocínio da *Françafrique* também contribuíram para a mudança nas relações franco-africanas. Uma dimensão importante da mudança na natureza e na dinâmica das relações França-África, especialmente na área de política de segurança, foi o abandono da intervenção militar unilateral e a adoção da abordagem multilateral para tratar de questões de segurança em situações de crise no continente. Os esforços da França para criar coalizões multinacionais, como foi o caso da Operação Serval e da Operação Barkhane, demonstraram adequadamente essa nova abordagem de cooperação em segurança entre a França, seus aliados europeus e parceiros africanos. Embora esteja registrado que a intervenção da França no Mali para deter a investida do Ansar Dine, da AQMI e do MUJAO em direção ao sul, com o objetivo de capturar o sul de Mali, foi unilateral por natureza, ela foi baseada na solicitação de uma autoridade nacional legítima em Bamako e sancionada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas.

A solicitação de uma autoridade reconhecida em Bamako e o selo de aprovação do Conselho de Segurança da ONU concederam reconhecimento e apoio internacional à intervenção, em comparação com as intervenções anteriores da França na África em décadas passadas. Mais importante ainda é o fato de que as operações militares foram conduzidas com a aprovação e o apoio militar dos vizinhos do Mali, com o Chade contribuindo com recursos militares e tropas para a operação. Após o término da Operação Serval e o início da Operação Barkhane, a mesma abordagem multilateral foi essencialmente adotada. Embora isso, entre outros, signifique uma mudança importante na direção das políticas externa e de segurança da França na África, também é importante esclarecer que a mudança deve ser vista como uma representação da mudança no contexto da continuidade. Crucial para os agentes de poder e interesses arraigados em Paris, no que se refere às relações França-África, é a onda crescente de sentimento anti francês nos Estados do Sahel, Mali e Burkina Faso, na África Ocidental, após os recentes golpes militares e agitação política.

REFERÊNCIAS

- “Abortive Military Coup. - Intervention by French Forces. - General elections. 1964”. *Keesing’s Record of World Events* 10 (abril): 1-6. <http://web.stanford.edu/group/tomzgroup/pmwiki/uploads/0092-1963-KS-SZ.pdf>
- Al-Jazeera. 2014. “The French African connection.” *Al-Jazeera News Network*, 7 de abril de 2014. <https://www.aljazeera.com/programmes/specialseries/2013/08/201387113131914906.html>.
- Barrios, C. 2010. “France in Africa: from paternalism to pragmatism.” *FRIDE Policy Brief*, no. 58 (Novembro): 1–5. https://www.files.ethz.ch/isn/130902/PB_58_Eng_France_in_Africa.pdf
- Bawa, A. B. 2013. “From imperialism to diplomacy: A historical analysis of French and Senegal cultural relationship.” *London 2013 Art as Cultural Diplomacy Conference*. Theme: Contemporary International Dialogue: Art-Based Developments and Culture shared between Nations. London, UK, Agosto 21-26.
- Biyogo, G. 2011. *Deconstruire les accords de cooperation Franco-Africains*. Paris: Le Harmattan.
- Boeke, S. 2016. Transitioning from military intervention to long-term counter-terrorism policy: The case of Mali (2013-2016). *The Netherlands: Leiden University – Institute of Security and Global Affairs*.
- Boeke, S. e Shuurman, B. 2015. “Operation ‘Serval’: A strategic analysis of the French intervention in Mali, 2013-2014.” *Journal of Strategic Studies* 38, no. 6: 801-825. <https://doi.org/10.1080/01402390.2015.1045494>
- Bourgi, A. 1979. *La politique française de coopération en Afrique: le cas du Sénégal*. Paris: Librairie générale de droit et de jurisprudence.
- Bovcon, M. 2011. “Françafrique and regime theory.” *European Journal of International Relations* 19, no. 1: 5-26. <https://doi.org/10.1177/1354066111413309>
- Chafer, T. 2005. “Chirac and ‘la Françafrique’: No longer a family affair.” *Modern & Contemporary France* 13, no.1: 7-23. <https://doi.org/10.1080/0963948052000341196>
- _____. 2002. “Franco-African relations: No longer so exceptional?” *African Affairs* 101, no. 404: 343-363. <https://www.jstor.org/stable/3518538>
- _____. 2001. French African policy in historical perspective. *Journal of Contemporary African Studies* 19, no. 2: 165–182. <https://doi.org/10.1080/02589000120066443>
- Conklin, A. 1997. *A mission to civilize: The republican idea of empire in France and West Africa, 1895-1930*. Stanford: Stanford University Press.
- Cooper, F. 2014. *Citizenship between empire and nation: Remaking France and French Africa, 1945-1960*. Oxford: Oxford University Press.

- Edinger, B. 1998. "French help Africans test Continental Peace Force." *Reuters News Agency*, 3 de março.
- Ginio, R. 2016. *The French army and its African soldiers: The years of decolonization*. Lincoln: University of Nebraska Press.
- Griffin, C. 2007. "French military interventions in Africa: Realism vs. ideology in French defence policy and grand strategy." *International Studies Association (ISA) 2007 Annual Convention*, Chicago, IL, 28 de fevereiro - 3 de março.
- Hansen, A. 2008. "The French military in Africa, Background." *Council on Foreign Relations*, 8 de fevereiro. <https://www.cfr.org/backgrounder/french-military-africa>
- Hird, A. 2022. "'End of an era' as France pulls out of Mali-Was the mission a failure?" *Rfi news*, 18 de fevereiro. <https://www.rfi.fr/en/africa/20220218-end-of-an-era-as-france-pulls-out-of-mali-but-was-it-a-failure-barkhane-serval-sahel-jihadism>.
- Hodgkin, T. e Schacter, R. 1960. *French speaking West Africa in transition*. New York: Carnegie Endowment for International Peace.
- Idowu, H. O. 1969. "Assimilation in 19th century Senegal". *Cahiers d'études Africaines* 9, no. 34: 194-218.
- Jowell, M. 2014. *The unintended consequences of foreign military assistance in Africa: An analysis of PSO training centres*. Uppsala: Nordic Africa Institute.
- Krosiak D. 2007. *The role of France in the Rwandan genocide*. London: Hurst and Company.
- Labouret, H. 1940. "France's colonial policy in Africa." *Journal of the Royal African Society* 39, no. 154: 22-35.
- Leboeuf, A. 2018. "Cooperation with African armed forces." *Focus Stratégique*, no. 76 (dezembro): 9-64. <https://www.ifri.org/en/publications/etudes-de-li-fri/focus-strategie/cooperating-african-armed-forces>
- Lersch, B. d. S. e Sarti, J. S. 2014. "The establishment of foreign military bases and the international distribution of power." *UFRGSMUN/UFRGS Model United Nations* 2: 83-135. <https://www.ufrgs.br/ufrgsmun/2014/files/DISI.pdf>
- Luckham, R. 1982. "French militarism in Africa." *Review of African Political Economy*, no. 24 (maio-agosto): 55-84. <https://www.jstor.org/stable/3998043>
- MacDonald, M. 2015. "A vocation for independence: Guinean nationalism in the 1950s." In *Francophone Africa at fifty*, organizado por T. Chafe e A. Keese, 30-43. Manchester: Manchester University Press.
- Malan, M. 1998. "Peacekeeping in Africa: Trends and responses." Institute for Security Studies, *Occasional Paper*, n. 31 (junho): 1-12.
- Mamdani, M. 1996. *Citizen and subject: Contemporary Africa and the legacy of late colonialism*. Princeton: Princeton University Press.

- Mangan, F. e Nowak, M. 2019. "The West Africa-Sahel connection: Mapping cross-border arms trafficking." *Small Arms Survey Briefing Paper*, dezembro, 2019. <https://www.smallarmssurvey.org/sites/default/files/resources/SAS-BP-West-Africa-Sahel-Connection.pdf>
- Mann, G. 2005. "Locating colonial histories: Between France and West Africa." *American Historical Review* 110, no. 2: 409-434. <https://doi.org/10.1086/ahr/110.2.409>
- McNamara, F. T. 1989. *France in Black Africa*. District of Columbia: National Defense University Press.
- Melly, P. e Darracq, V. 2013. "A new way to engage? French policy in Africa from Sarkozy to Hollande." *Chatham House*, n. 1 (maio): 2-25. https://www.chathamhouse.org/sites/default/files/public/Research/Africa/0513pp_franceafrica.pdf
- Melvin, N. 2019. "The foreign military presence in the horn of Africa region." *SIPRI Background Paper*, n. 1 (abril): 2-31. <https://www.sipri.org/publications/2019/sipri-background-papers/foreign-military-presence-horn-africa-region>
- Mielcarek, R. 2022. "French troops forced to withdraw from Mali". *Le Monde Diplomatique*, maio, 2022. <https://mondediplo.com/2022/05/04mielcarek>
- Ministère des Armées. 2020a. "Carte des opérations et missions militaires." https://www.defense.gouv.fr/english/operations/rubriques_complementaires/carte-des-operations-et-missions-militaires.
- Ministère des Armées. 2020b. *Operation Barkhane: Press pack*. Paris: French Armed Forces Headquarters.
- Onah, E. I. 2015. "Boko Haram insurgency and the 2015 general elections in Nigeria." *Journal of International Studies* 11: 15-28. DOI: <https://doi.org/10.32890/jis2015.11.2>.
- Pryce, P. 2017. "Operation Barkhane's secret of success". *Offiziere.ch*. <https://www.offiziere.ch/?p=31862>
- Prunier G. 1995. *The Rwanda crisis 1959-1994: History of a genocide*. London: Hurst.
- Roddy, M-K., Roger, C. e Roy, M. 1996. "Marching towards multilateralism? The Franco-African military relationship in the 1990s." *Modern & Contemporary France* 4, no. 4: 463-470. DOI: 10.1080/09639489608456335
- Sandberg, A. 2019. "France: A continuing military presence in Francophone Africa." Swedish Defence Research Institute (FOI), *Studies in African Security*. www.foi.se/africa
- Shipway, M. 2015. "Gaston Defferre's *Loi-Cadre* and its application, 1956/1957: Last chance for a French African 'empire-state' or blueprint for decolonization?" In *Francophone Africa at fifty*, organizado por T. Chafe e A. Keese, 15-29. Manchester: Manchester University Press.

- Shukri, S. 2019. "Combating terrorism at Sea: Assessing NATO's maritime operations in the Mediterranean". *Journal of International Studies* 15 (dezembro): 105-116. <https://doi.org/10.32890/jis2019.15.7>
- Shurkin, M. 2014. *France's war in Mali: Lessons for an expeditionary army*. Santa Monica: The Rand Corporation.
- Spet, S. 2015. "Operation Serval: Analyzing the French strategy against Jihadists in Mali." *ASPJ Africa & Francophonie*, 3rd Quarter 2015, 66-79. https://www.airuniversity.af.edu/Portals/10/ASPJ_French/journals_E/Volume-06_Issue-3/spet_e.pdf
- Stefano, R. 2020. "A legitimate sphere of influence: Understanding France's turn to multilateralism in Africa." *Journal of Strategic Studies* 43, n. 4: 508-533. <https://doi.org/10.1080/01402390.2020.1733985>
- The New York Times. 1964. "Many Gabonese angered by Paris; intervention to crush coup set off controversy." *The New York Times Digital Archives*, 23 de fevereiro. <https://www.nytimes.com/1964/02/23/archives/many-gabonese-angered-by-paris-intervention-to-crush-coup-sets-off.html>
- United Nations Security Council. 2017. *Report of the Secretary General on the Joint Force of the Group of Five for the Sahel (G5S)*. New York: United Nations.
- Whiteman, K. 1997. "The man who ran Françafrique." *The National Interest* 49 (Outono): 92-99. <https://nationalinterest.org/article/the-man-who-ran-franrafrique-1005>
- Yates, A. D. 2018a. "France and Africa." In *Africa and the World: Bilateral and multilateral international diplomacy*, organizado por D. Nagar e C. Mutasa, 95-118. Switzerland, AG: Springer Nature.
- _____. 2018b. "Paradoxes of predation in Francophone Africa." *International Journal of Political Economy* 47, n. 2: 130-150. <https://doi.org/10.1080/08911916.2018.1497505>
- _____. 2012. "France, the EU, and Africa." In *The EU and Africa: From Eurafrique to Afro-Europa*, organizado por A. Adebajo e K. Whiteman, 317-343. London: Hurst.
- Zambakari, C. 2021. "Mission to civilize: The French West African federation." *ACCORD's Conflict Trends*, no. 1: 38-46. <https://www.accord.org.za/conflict-trends/mission-to-civilise-the-french-west-african-federation/>

RESUMO

A França tem uma longa, profundamente enraizada e muitas vezes controversa história de envolvimento com África. Enquanto antiga potência colonial, a França continua a exercer forte influência sobre a política, a diplomacia, as finanças, os assuntos militares e outros aspectos da vida nacional das antigas colônias africanas. A influência francesa é ancorada na política "Françafrique", sendo as relações

militares o cerne do seu envolvimento político. Embora existam continuidades na forma de envolvimento paternalista da França com as ex-colônias africanas, existem mudanças observáveis caracterizadas por um novo pragmatismo do antigo mestre colonial. Nesse sentido, este artigo discute as relações franco-africanas e o envolvimento militar da França na África pós-colonial, observando a mudança na natureza e na dinâmica da relação. Explora a forma como a rede integrada de recursos militares franceses foi mobilizada para efetuar intervenções militares unilaterais nas décadas após a independência, como plataforma central para promover os interesses da nação europeia em África. Após uma reavaliação de políticas, o artigo discute como os meios militares franceses foram mobilizados no contexto de engajamentos militares multilaterais, representados pelas operações Serval e Barkhane. O artigo destaca como o novo pragmatismo e multilateralismo servem como o novo modelo do quadro de segurança da França em África, especialmente na luta contra o terrorismo no Sahel, embora no contexto de continuidades.

PALAVRAS-CHAVE

África. França. *Françafrique*. Unilateralismo. Multilateralismo.

Recebido em 7 de novembro de 2022

Aceito em 24 de março de 2023²

Traduzido por Isabela Marcon Ciceri

² Como citar: Saka, Luqman. 2023. “Françafrique: relações Franco-Africanas e engajamento militar francês na África pós-colonial”. *Revista Brasileira de Estudos Africanos* 8 (16), 40-67. <https://doi.org/10.22456/2448-3923.128355>.